

Contrato de Prestação de Serviços Contábeis

(Anexo I incluído pela Resolução CFC n.º 1.457/13)

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços Contábeis, de um lado:

ASSOCIAÇÃO DE CAMARAS MUNICIPAIS DO OESTE DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Arthur João Lara E, Bairro Presidente Medici CEP 89.806-063, no Município de Chapecó- SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.437.715/0001-05, neste ato devidamente representada por seu representante legal Sra. Silvana Maria Battisti Bugnotto, brasileira, empresária, portador do CPF nº 477.120.749-68, ao final assinado, doravante denominada **CONTRATANTE**,

RECON ASSESSORIA & CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.044.296/0001-66, estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto, 383 L, centro na cidade de Chapecó SC, neste ato por seu representante legal, Sr. Nildo Pedrotti, portador da Cédula de Identidade RG 2045710891 e Registro no Conselho de Contabilidade sob o nº CRC/SC 023284/0, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO(A)**, mediante as cláusulas e condições seguintes, tem justo e contratado que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA. A Contratada contratado obriga-se a prestar seus serviços profissionais ao contratante, nas seguintes áreas:

1. CONTABILIDADE

- 1.1. Elaboração da Contabilidade de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- 1.2. Emissão de balancetes.
- 1.3. Elaboração de Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis obrigatórias.

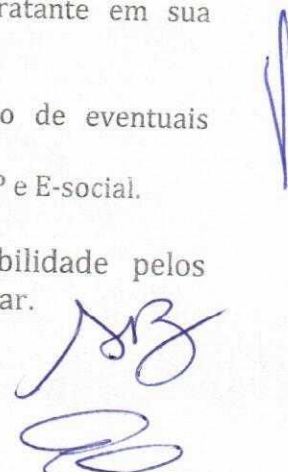
2. OBRIGAÇÕES FISCAIS

- 2.1. Orientação e controle de aplicação dos dispositivos legais vigentes, sejam federais, estaduais ou municipais.
- 2.2. Elaboração dos registros fiscais obrigatórios, eletrônicos ou não, perante os órgãos municipais, estaduais e federais, bem como as demais obrigações que se fizerem necessárias.
- 2.3. Atendimento às demais exigências previstas na legislação, bem como aos eventuais procedimentos fiscais.

3. DEPARTAMENTO DE PESSOAL

- 3.1. Orientação e controle da aplicação dos preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, bem como aqueles atinentes à Previdência Social, "PIS", "FGTS" e outros aplicáveis às relações de emprego mantidas pela **CONTRATANTE**;
- 3.2. A elaboração de folha de pagamento dar-se-á as expensas da Contratante em sua dependência com funcionários próprios sob a orientação da Contratada.
- 3.3. Manutenção dos Registros de Empregados e serviços correlatos.
- 3.4. Atendimento das demais exigências previstas na legislação, bem como de eventuais procedimentos de fiscalização.
- 3.5. Elaboração e transmissão de obrigações acessórias DIRF, RAIS, CAGED, SEFIP e E-social.

CLÁUSULA SEGUNDA. O(A) contratado(a) assume inteira responsabilidade pelos serviços técnicos a que se obrigou, assim como pelas orientações que prestar.



CLÁUSULA TERCEIRA. A contratante se obriga a preparar, mensalmente, toda a documentação fisco-contábil e de pessoal, que deverá ser disponibilizada ao contratado(a) em tempo hábil, de maneira organizada e uniforme, conforme cronograma pactuado entre as partes, a fim de que possa executar seus serviços na conformidade com o citado neste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A Responsabilidade pelos documentos e envio em tempo hábil, será de inteira responsabilidade da Contratante, sendo o trabalho desenvolvido nas dependências da Contratada, ficando sob sua guarda os documentos até a devolução mediante protocolo.

PARÁGRAFO SEGUNDO. A Contratante tem ciência da Lei 9.613/98, alterada pela Lei 12.683/2012, especificamente no que trata da lavagem de dinheiro, regulamentada pela Resolução CFC n.º 1.345/13 do Conselho Federal de Contabilidade.

CLÁUSULA QUARTA. A contratante se obriga, antes do encerramento do exercício social, a fornecer ao contratado a Carta de Responsabilidade da Administração.

CLÁUSULA QUINTA. As orientações dadas pelo contratado deverão ser seguidas pela contratante, eximindo-se o primeiro das consequências da não observância do seu cumprimento.

CLÁUSULA SEXTA. A contratada se obriga a entregar ao contratante, mediante protocolo, com tempo hábil, os balancetes, o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis, documentos necessários para que este efetue os devidos pagamentos e recolhimentos obrigatórios, bem como comprovante de entrega das obrigações acessórias.

PARÁGRAFO ÚNICO. As multas decorrentes da entrega fora do prazo contratado das obrigações previstas no *caput* deste artigo, ou que forem decorrentes da imperfeição ou inexecução dos serviços por parte do(a) contratado(a), serão de sua responsabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA. A contratante pagará a contratada pelos serviços prestados os honorários mensais de R\$ 300,00 (trezentos reais), com vencimento em todo dia 05 de cada mês, sendo a primeira em 05/02/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os honorários serão reajustados anualmente pelo índice de reajuste da categoria dos contabilistas conforme comunicado pelo Sindicato dos Contabilistas de Chapecó e região, ou na sua ausência IGPM, ou quando houver aumento dos serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA. No mês de dezembro de cada ano, será cobrado o equivalente a 01 (um) honorário mensal, a ser pago até o dia 20 daquele mês por conta do Encerramento do Balanço Patrimonial e demais obrigações anuais.

CLÁUSULA NONA. Todos os serviços extraordinários não contratados que forem necessários ou solicitados pelo contratante serão cobrados à parte, com preços previamente convencionados.



CLÁUSULA DÉCIMA. No caso de atraso no pagamento de 02 parcelas dos honorários consecutivos ou alternados, os serviços serão interrompidos e suspensos, e a Contratada não se responsabilizará pelos efeitos da interrupção e/ou suspensão dos serviços, tais como multa pela falta de entrega das obrigações acessórias, falta de escrituração fiscal/contábil, emissão das folhas de pagamentos, e demais penalidades, não eximindo da incidência de multa de 10%. Persistindo o atraso, por período de 3 (três) meses, o contratado(a) poderá rescindir o contrato, por motivo justificado, eximindo-se de qualquer responsabilidade a partir da data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. Este instrumento é feito por tempo indeterminado, iniciando-se em 01/01/2014, não podendo ser rescindido antes de 1 (um) ano, mediante Aviso Prévio de 90(noventa) dias, por escrito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A parte que não comunicar por escrito a intenção de rescindir o contrato ou efetuar-la de forma sumária fica obrigada ao pagamento de multa compensatória no valor de três parcela mensal dos honorários vigentes à época.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O rompimento do vínculo contratual obriga as partes à celebração de distrato com a especificação da cessação das responsabilidades dos contratantes.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A contratada obriga-se a entregar os documentos, Livros Contábeis e Fiscais e/ou arquivos eletrônicos ao contratante ou a outro profissional da Contabilidade por ele(a) indicado(a), após a assinatura do distrato entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo.

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de impasse, as partes submeterão a solução do conflito a procedimento arbitral nos termos da Lei n.º 9.307/96, Alternativamente, fica eleito o foro da comarca de Chapecó para o fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem contratado, firmam este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Chapecó 01 de Janeiro de 2014


CONTRATADA


CONTRATANTE

TESTEMUNHAS

1- 

2- _____